

ANEXO DO RTP-6

Áreas Prioritárias para Conservação
Plano de Ação
Capacitação
Audiência Pública Final

Monte Plan

PROJETOS TÉCNICOS RURAIS
www.montepplan.com.br



Rua Coronel José Cardoso, 90
Sobreloja - Centro
Monte Carmelo - MG
CEP: 38 500 - 000
montepplan@montepplan.com.br

Governador do Estado de Minas Gerais

Aécio Neves

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD

José Carlos Carvalho

Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM

Cleide Izabel Pedrosa de Melo

Diretora de Gestão de Recursos Hídricos

Luiza de Marillac Moreira Camargos

Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos

Célia Maria Brandão Fróes

Diretoria do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – CBH Araguari

Wilson Akira Shimizu – *Presidente*

Ana Luísa Bilharinho da Silva – *Vice-Presidente*

Márcia Aparecida Silva – *1ª Secretária*

Adairlei Aparecida Silva Borges – *2ª Secretária*

Elaboração do TDR

Leocádio Alves Pereira – *ABHA – Coordenador*

Adriana Araújo Ramos - *Jurídico do IGAM*

Luiza de Marillac Moreira Camargos – *IGAM*

Antônio Reinaldo Caetano

Kleber Lúcio Borges

Leonardo Rocha Faria

Marcos Roberto Moreira

Názara Maria Naves Borges

Sérgio Segantini Bronzi

Wilson Akira Shimizu

Equipe Técnica de Fiscalização da ABHA

Antônio José Maia Guimarães

Bruno Gonçalves dos Santos

Joaquim Menezes Ribeiro da Silva

Kleber Lúcio Borges

Leocádio Alves Pereira – *Coordenador*

Marcos Roberto Moreira

Maria de Fátima Chagas dias Coelho

Paulo Veloso Rabelo

Sérgio Segantini Bronzi

Wilson Akira Shimizu

Convidados do CBH e ABHA

Ana Luísa Bilharinho da Silva - *Eng. Civil - CODAU*

Antônio Reinaldo Caetano - *Bioquímico*

Caroline Favaro Oliveira - *Bióloga - FOSFERTIL*

Fernando Antônio Abdalla - *AGB*

Leonardo Rocha Faria - *Advogado*

Márcia Aparecida Silva - *Advogada - FOSFERTIL*

Mauro César Rodrigues - *Pref. Munic. de Araguari*

Neudon Veloso - *AMAr*

Ribamar Moreira de Rezende - *CEMIG*

Ronaldo Brandão Barbosa - *Méd. Veterinário*

Washington Luiz Assunção - *UFU*

Contratada

Monte Plan Ltda.

Equipe Técnica

Carlos Ernane Vieira - *Eng. Civil, Esp. em Obras Hidráulicas, Saneamento, Hidrologia Ambiental, Auditoria e Perícia*

César Jordão - *Eng. Agrônomo*

Fernando Costa Faria - *Técnico em Agropecuária*

Gilberto Lopes Mundim - *Eng. de Minas*

Kátia Rodovalho Xavier - *Bióloga*

Luciene de Fátima A. Jordão - *Eng. Agrônoma*

Wilson dos Santos Fernandes - *Eng. Civil*

Consultor

Roberto Rosa, *Geógrafo – Geoprocessamento*

Colaboração Técnica

Carolina Fumian Serpa – *IGAM*

Célia Maria Brandão Fróes - *IGAM*

Maria de Fátima Dias Coelho – *CCBE*

Robson Santos - *IGAM*

Rodolfo Carvalho Salgado Penido - *IGAM*

Ronaldo Brandão Barbosa – *IGAM*

Sérgio Gustavo Rezende Leal – *IGAM*

Dirigentes e Técnicos do Departamento Municipal de Água e

Esgoto –DMAE, Companhia Energética de Minas Gerais –

CEMIG, Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM,

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais –

FIEMG,

Secretarias de Meio Ambiente de Uberlândia, Uberaba,

Araguari, Araxá, Sacramento, Perdizes,

Secretarias de Planejamento, Indústria e Comércio de

Uberlândia e Araguari,

Prefeituras Municipais de Araguari, Araxá, Campos Altos

Ibiá, Irai de Minas Indianópolis, Nova Ponte, Pratinha,

Patrocínio, Pedrinópolis, Perdizes, Uberaba, Uberlândia,

Sacramento, Santa Juliana, Serra do Salitre, São Roque de

Minas, Rio Paranaíba, Tapira e Tupaciguara.

Coordenadores de Consultas Públicas

Antônio Reinaldo Caetano – *Presidente do CBH Araguari na gestão 2006/2007*

Wilson Akira Shimizu – *Presidente do CBH Araguari na gestão 2008/2009*

Leocádio Alves Pereira – *Presidente do Conselho de Administração da ABHA*

Fernando Costa Faria – *Monte Plan Ltda.*

Inocência Cândido B. Neto – *Monte Plan Ltda.*

Relatoria das Consultas Técnicas

Fernando Costa Faria – *Monte Plan Ltda.*

Inocência Cândido B. Neto – *Monte Plan Ltda.*

Fotos

Inocência Cândido Borges Neto – *Monte Plan Ltda.*

Pollyanna Cristina Cardoso de Ávila - *IGAM*

Suzana König Martins - *ABHA*

Tathiana Renata Nascentes das Neves – *CBH Araguari*

1 – Áreas prioritárias para conservação na Bacia do rio

Araguari:

1.1 – Unidades de Conservação Existentes

- Parque Municipal de Pratinha (proteção dos córregos Prata e da Guarda, de abastecimento da cidade, com 40 hectares – área desapropriada mas sem implantação);
- Parque Municipal do Sabiá (proteção da nascente do córrego Jataí) em Uberlândia;
- Área de Proteção Especial (proteção de manancial de abastecimento de Araxá, com 148 km² – falta plano de manejo);
- RPPN do Galheiro, com 2.800 ha – compensação ambiental da UHE de Nova Ponte;
- RPPN do Jacó, com 360 ha – compensação ambiental da UHE de Miranda;
- RPPN Serrote, com 548 ha – município de Ibiá;

1.2 – Novas áreas de conservação

- Parque Estadual do Pau Furado em Araguari (para criação);
- APA do rio Claro (proteção de manancial de abastecimento de Uberaba – para criação);

- Parque Municipal da Mata do Desamparo, de São Roque de Minas (para criação);
- Áreas de baixa produtividade e alta declividade no município de Serra do Salitre (a ser criada, demanda da comunidade local);

Dessas novas áreas apontadas, o Parque Estadual do Pau Furado constitui-se em medida compensatória das AHE's do Consórcio Capim Branco de Energia no rio Araguari. As demais demandarão recursos para sua implantação, cujos custos estão estimados em cerca de 2 milhões de reais entre desapropriação, plantio, cercamento no caso de parque municipal e ainda o plano de manejo do conjunto.

2 - Plano de Ação

2.1 – Metodologia para a seleção das atividades a serem implementadas e as fontes de financiamento

Este Plano apresenta um conjunto de Programas que foi elaborado com base principalmente em dados obtidos de diversas fontes, com destaque para IGAM, ANA, CPRM, FURNAS, UFMG/CDTN/CNEN, UFU, ANEEL, BIODIVERSITAS, EPE/MME HIDROSSISTEMAS/COPASA. Esses dados foram complementados com os resultados obtidos nas quatro audiências públicas realizadas para apresentação e discussão do Plano, além das reuniões técnicas realizadas com gestores municipais e entidades da sociedade civil, em visita efetuada aos vinte Municípios da Bacia.

Esses Programas são os grandes concentradores das medidas mitigadoras e são apresentados de maneira geral, tendo como balizadores o conjunto de dados disponíveis. Essas medidas mitigadoras são concretizadas pelas ações apresentadas classificadas em 5 componentes no Plano de Ação. Os projetos específicos que viabilizam esse Plano devem ser precedidos de estudos técnicos e, em alguns casos, de audiências e outras formas de oitiva das aspirações das comunidades locais afetadas.

O financiamento desses projetos deverá levar em conta a disponibilidade de recursos via edital de demanda induzida de fundos como o **CT-HIDRO**, **FHIDRO**, **FNMA**, cuja publicação se dá a cada ano ou, eventualmente, fontes de demanda espontânea, ou ainda, Programas específicos de fontes de recursos privados e do Tesouro. Um exemplo deste último são os **PPA's** do governo federal ou ainda o **PPAG** (Plano Plurianual de Ação Governamental de Minas)

desdobrado em projetos estruturadores como o de resíduos sólidos. Um rápido levantamento dos programas constantes do PPA 2008/2011 permite elencar pelo menos os seguintes Programas, com os orçamentos para a região Sudeste: **Probacias** (123,72 milhões de reais), **Resíduos Sólidos Urbanos** (20 milhões de reais), **Saneamento rural** (11 milhões de reais), **Serviços Urbanos de Água e Esgoto** (638,65 milhões).

Por outro lado, a Lei 9985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC preconiza que empreendimentos que causem significativo impacto ambiental devem compensá-los destinando recursos financeiros para Unidades de Conservação. A Lei 12.503/1997 determina que empresas de saneamento e de geração de energia destinem pelo menos 0,5% da receita operacional do exercício anterior para ações de preservação e proteção ambiental dos mananciais. Nesse aspecto, o DMAE de Uberlândia já dotou seu Orçamento 2009 com 200 mil reais para aplicação no Programa Buriti, quantia mínima que será aplicada doravante, ano a ano, na recuperação e conservação de APPs.

Outra alternativa de financiamento dos projetos são os recursos dos *royalties* da geração de energia elétrica repassado aos Municípios. Trata-se de aprofundar a articulação com as Administrações Municipais, fazendo a interlocução envolvendo os membros representantes destes no Comitê e politicamente conquistar essa parceria.

Os recursos desses e de outros programas que devem ser identificados pela ABHA terão que ser acessados via projetos, para viabilizar o Plano de Ações, se necessário em articulação com a SEMAD/IGAM.

2.2 – Estruturação do Plano de Ação e justificativas das atividades identificadas

Componente 1: O Plano de ação compreende 5 componentes, que por sua vez se sub-dividem em diversas atividades. O componente 1 trata daquelas que viabilizam a efetivação da gestão dos recursos hídricos na bacia, integrado com o órgão gestor do Estado. Potencializam o Comitê a assumir seu papel na gestão, dotando-o dos instrumentos para essa tarefa, por meio da organização administrativo-operacional e de um conjunto de dados da bacia e dos usuários. Considerando-se que a Agência da Bacia tem sua equiparação na ABHA, já aprovada pelo CERH, faz-se uma previsão de recursos para dotá-la de meios para funcionamento, com investimentos em bens e equipamentos.

Componente 2: As atividades elencadas no âmbito do saneamento ambiental tratam principalmente de ações estruturais, visto haver ainda um espaço de intervenções não realizadas que com a concretização trarão reflexos imediatos nos níveis qualitativos dos cursos d'água. As ações se concentram nos sistemas de esgotos das cidades que na maioria ainda não possuem rede e/ou estações de tratamento. Os custos foram estimados com base nas implantações dos sistemas de Araguari, Uberlândia e em preços obtidos no mercado. O Plano prevê a implantação de 10 km de rede de esgoto em média por ano, e um total de 10 km de interceptor até 2016. A implantação de ETEs atenderá uma população de 206 mil habitantes. O tratamento terciário do esgoto de Patrocino deverá ser executado para garantia de níveis satisfatórios do efluente, de modo a poder lançá-lo no ribeirão Santo Antônio – compatível com Classe 2 . A ação de combate a perdas e controle do sistema de abastecimento de água se concretiza

com estudos caso a caso e projetos de intervenção, complementados com capacitação dos operadores e assistência técnica por um ano.

Componente 3: Os estudos realizados apontaram que somente 11,4% da área da bacia se situam em áreas de suscetibilidade moderada/forte e forte em termos de erodibilidade, indicando que os problemas nesse aspecto sejam mais localizados. As ações previstas nesse conjunto projetam a recuperação de áreas intensamente antropizadas, tanto no aspecto de cobertura vegetal, quanto de uso do solo, estancando e revertendo o estado de alteração, com reflexo nos recursos hídricos. Essas ações devem ser articuladas com organismos e instituições tanto do Estado de Minas, quanto do governo federal como o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e a EMBRAPA e contar com ativa participação dos produtores rurais. A ação proposta de barramento está relacionada com a adoção de medidas emergenciais, como última alternativa às demais ações propostas no conjunto dessas medidas. Nesse caso, propõe-se a construção de 30 barramentos no horizonte de dois anos.¹

Componente 4: Algumas ações não estruturais foram preconizadas, de forma a proporcionar maior efetividade ao restante das ações, previstas nos demais componentes. O Programa de Conscientização Ambiental abarca algumas dessas ações, situadas na perspectiva da Educação Ambiental não formal, como o incentivo à adoção de práticas conservacionistas e de manejo do solo, à redução

¹ Somente 18% do volume total outorgado é captado em mananciais principais. Portanto, a ação de barramento deve ser implementada nos cursos secundários. No ribeirão do Inferno, o déficit pode ser resolvido com medidas não estruturais. Nas demais seis sub-bacias serão projetados e construídos barramentos. Estima-se um número de 30 barramentos a um custo médio de 50 mil reais por barramento. Não haverá desapropriações.

do uso de agro-químicos, à adoção da técnica de plantio direto. A par dessas atividades, deve-se implementar o Programa Produtor de Água, remunerando diretamente na forma de custeio, aqueles produtores que adotarem procedimentos que resultem em ganhos quali-quantitativos nos recursos hídricos. Estimou-se a aplicação do Programa remunerando cerca de 10% da área da Bacia (220 mil hectares), a um valor médio de R\$ 80 reais por hectare. A regularização de vazão dos mananciais/regularização dos fluxos hídricos será uma consequência da adoção das ações desse componente, somados com a ação apontada no componente

Componente 5: As ações listadas compreendem ações em andamento com recursos assegurados por fonte e metas definidas. Encontra-se em curso no CODAU de Uberaba o projeto de criação da APA do rio Claro para proteção do manancial a montante da captação que abastece aquela cidade, por transposição. Por enquanto, apenas o projeto vai ser licitado. No caso do DMAE de Uberlândia, o Projeto Buriti foi concebido para recuperar e proteger as APPs, em parceria com os proprietários rurais em áreas não superiores a 80 hectares, efetuando a demarcação, o cercamento e o replantio nessas áreas de preservação permanente. É um projeto-piloto, pioneiro, de aplicação da compensação prevista na Lei 12.503/97.

3 – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

COMPONENTES	ATIVIDADES	TEMPO (ANOS) – valores em R\$ 1.000,00											CUSTO ESTIMATIVO (em R\$)	ATORES ESTRATÉGICOS						
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016										
1 – Implementação do SEGRH e regularização de usos e usuários	Fortalecimento do CBH Areguari	86	110	110										306.000,00	IGAM, Comitê, ABHA, UFU					
	Instrumentalização da Agência da Bacia (ABHA)		120	40	40									200.000,00						
	Cadastramento de usuários	275	590	520										1.385.000,00						
	Cobrança pelo uso da água		380	50										430.000,00						
	Monitoramento de águas		75	100	100	100	100	100	100	100				775.000,00						
	Adensamento da rede fluvio e pluviométrica					265	265							795.000,00						
T O T A L D O C O M P O N E N T E 1												3.891.000,00								
2 – Saneamento Ambiental	Constituição de redes coletoras e interceptores		1.325	1.325	1.325	1.325	1.325	1.325	1.325	1.325	1.325	1.325	1.325	10.600.000,00	IGAM, ABHA, Prefeituras e Serviços Autônomos de Abastecimento					
	Adequação na disposição final do resíduo sólido urbano				300	200								500.000,00						
	Implantação de ETEs		4.637	4.637	4.637	4.637	4.637	4.637	4.637	4.637	4.637	4.637	4.637	37.096.000,00						
	Implantação do tratamento terciário em Patroció		500	500										1.000.000,00						
	Combate às perdas físicas nos sistemas de abastecimento de água			460	460	460								1.380.000,00						
T O T A L D O C O M P O N E N T E 2												50.576.000,0								
3 – Recuperação Ambiental	Recuperação de áreas degradadas		300	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	3.800.000,00	IGAM, IEF, ABHA, MAPA, EMATER, Produtores rurais					
	Controle de erosão/assoreamento		300	300	300	300	300	750	750	750	750	750	750	4.200.000,00						
	Recuperação de mata ciliar		200	200	300	300	300	300	300	300	300	300	300	2.200.000,00						
	Áreas prioritárias para conservação		500	800	800	700								2.000.000,00						
	Barramentos para regularização de vazões		750	750										1.500.000,00						
	T O T A L D O C O M P O N E N T E 3												11.700.000,00							
4 – Ações não estruturais	Restrição do uso de veredas, várzeas e covais									100	100	150	150	500.000,00	IGAM, IEF, Comitê, ABHA, EMATER, Sindicatos rurais e de trabalhadores rurais					
	Incentivo ao cultivo mínimo e plantio direto		50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	400.000,00							
	Incentivo à adoção de práticas conservacionistas e de manejo do solo									4.400	4.400	4.400	17.600.000,00							
	T O T A L D O C O M P O N E N T E 4												18.500.000,00							
5 – Ações especiais	Projeto da APA do rio Claro – CODAU de Uberaba		100											100.000,00	IGAM, IEF, Comitê, ABHA, EMATER, Sindicatos rurais e de trabalhadores rurais					
	Projeto Buriti – DIMAE Uberlândia		600	600	600	600	600	600	600	230	230	230	3.320.000,00							
T O T A L D O C O M P O N E N T E 5												3.420.000,00								
T O T A L D O P L A N O												90.087.000,00								
												12.442	12.442	12.392	12.667	8.737	9.577	10.942	12.442	12.442

4 – Capacitação Material e Pessoal do Órgão Gestor

O contrato para elaboração do presente Plano prevê também uma ação de capacitação do órgão gestor, na utilização do aplicativo do modelo chuva-vazão. Está agendada para novembro de 2008, essa ação, que será realizada na sede da ABHA, com a participação dos seguintes envolvidos;

- Leocádio Alves Pereira – Presidente do Conselho da ABHA;
- Sérgio Segantini Bronzi – Coordenador do escritório da ABHA
- Tathiana Renata Nascentes das Neves – Secretária do CBH
- Suzana König Martins – Secretária da ABHA
- Pollyanna Cristina Cardoso de Ávila – Contratada IGAM
- Ronaldo Brandão Barbosa – Contratado IGAM

O aplicativo já está instalado na máquina da ABHA. Foi fornecido pela contratada o aplicativo com CD-ROM de instalação e o Manual de Operação.

A capacitação teórica será realizada com o grupo, enquanto a parte prática será em duplas, com carga horária total prevista de 20 horas.

5 – Audiência Pública Final

Local: Auditório da Universidade Federal de Uberlândia

Data: 30 de Julho de 2008

5.1 – Objetivo

A audiência teve como objetivo a apresentação ao público e aos membros do comitê da bacia hidrográfica do rio Araguari, o Plano Diretor e as estratégias do Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

5.2 – Participantes

A audiência contou com a participação de 89 pessoas, representantes dos segmentos de poder público estadual e municipal, usuários e organizações não governamentais de defesa do meio ambiente nas seguintes proporções:

5.2.1 – Organizações Não Governamentais e Instituições de Ensino – ONG

30 Representantes ou 33,71%

5.2.2 – Poder Público Federal - PPF

01 Representante ou 01,12%

5.2.3 – Poder Público Estadual – PPE

09 Representantes ou 10,11%

5.2.4 – Poder Público Municipal – PPM

20 Representantes ou 22,47%

5.2.5 – Usuários – USU

22 Representantes ou 24,72%

5.2.6 – Imprensa – IMP

01 Representante ou 1,12%

5.2.7 – Equipe de Elaboração – ELA

06 Representantes ou 06,74%

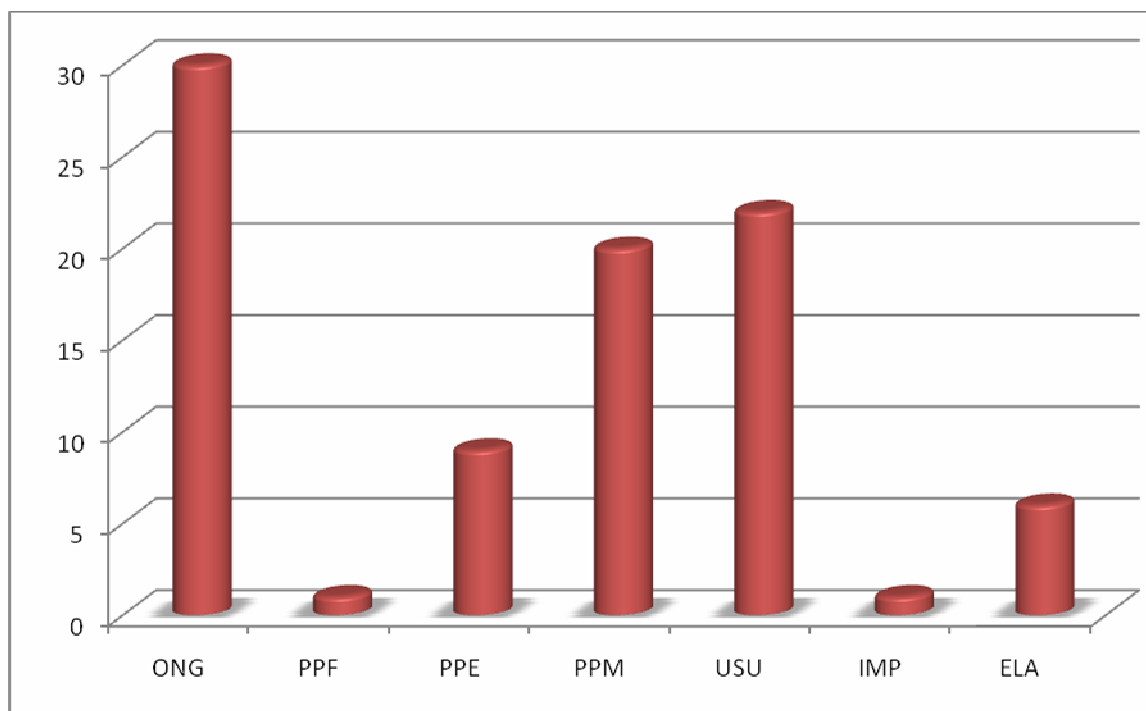


Gráfico 01 – Proporção de Representatividade na Audiência

5.3 – Seqüência

5.3.1 – Acolhida

A acolhida foi realizada pelo Sr. Wilson Akira Shimizu, que representa tanto a Universidade Federal de Uberlândia, na qualidade de Prefeito Universitário, quanto de Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari.

5.3.2 – Abertura

A abertura dos trabalhos foi realizada pelo Sr. Leocádio Alves Pereira, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Associação Multissetorial dos Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – ABHA.

Em sua apresentação, Sr. Leocádio realiza um histórico das ocorrências que culminaram na realização do Plano, da qual a ABHA é contratante.

5.3.3 – Apresentação

Os produtos elaborados pela empresa Monte Plan Ltda, contratada para tal trabalho, resultaram na montagem do Plano Diretor e do Programa de Gerenciamento dos Recursos Hídricos da Bacia.

Esses resultados foram apresentados ao público presente e aos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, com a utilização de acessório – sluids, que são encaminhados em anexo a esse relatório.

5.3.4 – Apresentação dos Questionamentos do Público

Foi aberto aos presentes a possibilidade de participação por meio de contribuições e questionamentos, o que é transcrito das gravações a seguir.

5.3.4.1 – Questionamento Apresentado por Leila Resende, representante do Coletivo Educadores Ambientais Populares – ONG Pomar.

Inicia sua participação dizendo que participou de audiência ocorrida em Araguari, em que sugeriu que fosse destacado na documentação técnica a importância de dar visibilidade à Educação Ambiental. Surpreende-se quando vê colocado no plano “conscientização ambiental” pois diz que conscientização é muito ampla. Diz também que não foi possível notar como vai acontecer e justifica: Exemplifica com caso de visita ocorrida na comunidade de Araguari, em que os produtores apresentaram nessa ocasião que não ocorreu nessa comunidade nenhum programa de educação ambiental, que as reservas legais, inundadas pelo lago da UHE de Capim Branco I, não havendo a relocação ao que não sabem onde será realizada. Diz também que durante a elaboração dos trabalhos, foi utilizada a referencia do Zoneamento Ecológico Econômico, documento em que ela já verificou haver muita falha e que em seu entendimento o Plano Diretor se ateve a ele, não produzindo novos conhecimentos, sendo que a realidade mudou desde os estudos do Zoneamento. Solicita que, caso haja condições de tempo, incorporar ao Plano Diretor, estratégias para dar visibilidade à educação ambiental sem denominar de conscientização ambiental sob pena de, recursos para desenvolvimento desses processos, inclusive no cadastramento de usuários de água haverão problemas sérios, pois um programa de educação

ambiental possui metodologia e técnica que não podem ser somente conscientização ambiental.

Levanta outra questão em que solicita esclarecimentos diz respeito aos assentamentos de reforma agrária e a forma de regularização dos usos de água no contexto daquilo que foi apresentado.

Resposta

As respostas aos questionamentos foram apresentadas pelo Sr. Fernando Costa Faria, membro da equipe técnica responsável pela elaboração do plano que disse:

Sobre um programa de educação ambiental, que não se trata de um programa específico, mas sim uma das estratégias de cada um ou de alguns dos programas que estão apresentados, naqueles que se fizer necessário.

Sobre as falhas no Zoneamento Ecológico Econômico e sua forma de utilização, que esse zoneamento foi colocado apenas como referência para escolha dos locais de implantação de unidades de conservação e no momento da escolha do melhor local para essa unidade, outras referências serão utilizadas, inclusive a participação das comunidades diretamente afetadas.

Sobre a concessão da outorga em assentamentos de reforma agrária, foi esclarecido que o requerente ou responsável pela utilização é aquele que implanta o sistema. Caso haja entendimento entre o INCRA e os assentados, esse primeiro poderá arcar com a responsabilidade de requerer outorga de direito de uso de água, na modalidade que se aplicar, em benefício do segundo.

5.3.4.2 – Gustavo Malacco, representante da ONG ANGA

Apresenta contribuição sobre a criação de unidades de conservação, expondo sua preocupação que as unidades de conservação são criadas por interesse político e econômico, sem considerar aspectos ambientais. Exemplifica com a criação da unidade de Pau Furado, para atendimento dos interesses do estado e do empreendedor Capim Branco. Alerta para que o processo de criação das unidades de conservação deve ser baseado em diagnósticos primários, e não em documentos secundários como os mapas apresentados.

Diz que o modelo de criação de unidades de conservação é baseado em conservação de ecossistemas terrestres, esquecendo de ecossistemas lineares que são os rios. Diz que na avaliação estratégica para construção de novas unidades geradoras de energia, desenvolvido pela Empresa de Pesquisa Energética da ANEEL, onde é explicitada a possibilidade de construção PCH's no rio Quebra-Anzol e no rio Claro. Questiona a forma de conservação .

Diz que o plano Diretor deve recomendar como avaliação ambiental estratégica o licenciamento integrado dos empreendimentos de geração de energia, já que atualmente os licenciamento são dados de forma isolada.

A averbação da reserva legal pode ser incentivada com a cobrança pelo uso da água beneficiando com desconto aqueles que conservam.

Destaca que o Atlas Biodiversidade em Minas Gerais não aponta um caminho para sua atualização e que deve-se atentar para a necessidade de coleta da dados primários para a adoção de unidades de conservação que premie a conservação da fauna.

Lembra que o documento Biodiversidade em Minas Gerais prevê a construção de outras formas de conservação de recursos naturais que prevêm a recuperação de áreas degradadas e a conectividade das unidades existentes.

Resposta

As respostas aos questionamentos foram apresentadas pelo Sr. Fernando Costa Faria, membro da equipe técnica responsável pela elaboração do plano que disse:

É repetida a resposta de que a utilização do Zoneamento Ecológico Econômico e do material Biodiversidade em Minas Gerais é apenas para referência de locais de possível conservação, já que a criação dessas unidades deve passar por ampla discussão com a comunidade.

É colocado também como resposta que as unidades serão criadas com intuito primário de conservação dos recursos hídricos.

Sobre o licenciamento ambiental integrado, é informado que é discutido no plano.

5.3.4.3 – Frank Barroso – Cadastrou-se mas não fez uso da palavra

5.3.4.4 – Caroline Oliveira – Fosfertil

Diz que na reunião ocorrida em Araxá, questionou a apresentação da sub-bacia do ribeirão do Inferno como possível área de conflito, já que não houve visita ao município de Tapira e que a única outorga que existe no manancial é da Fosfertil.

Alega que o município de Tapira não foi visitado para elaboração do plano e que a visita poderia contribuir para a revisão dessa condição.

Resposta

As respostas aos questionamentos foram apresentadas pelos Srs. Fernando Costa Faria e Carlos Ernane Vieira, membros da equipe técnica responsável pela elaboração do plano que disseram:

Fernando

Que a definição do potencial conflito é dada pela projeção da demanda para o cenário em 2016, que indica haver risco da ocorrência desse conflito quando houver demanda para qualquer finalidade.

Que o Plano não pode omitir o risco da ocorrência do conflito no citado manancial para que o comitê esteja preparado para apresentar soluções na ocorrência do conflito.

Diz que a retirada do risco do conflito no manancial é impossível.

Carlos Ernane

A outorga dada no manancial, em benefício da Fosfertil, pela sua localização caracteriza o potencial conflito pelo volume outorgado.

Responde dizendo que a visita ao município de Tapira foi realizada por ocasião da reunião do CODEMA, inclusive com a presença lavrada em ata desse conselho.

Reitera que o simples fato da existência de uma captação com tamanho volume é suficiente para caracterização do conflito, já que no manancial não poderão ser instaladas novas captações.

5.3.4.5 – Joaquim Dalques Ramos – Universidade Federal de Uberlândia UFU –
Coordenador de Programa de Educação Básica para Meio Ambiente

Diz que o Plano é puramente técnico sem aspectos voltados para a educação ambiental num cenário popular, havendo dúvida sobre as estratégias para atingir esse objetivo. Diz que o plano é deficitário.

Ressalta que o processo de gestão de recursos hídricos é multidisciplinar e que pelo debate observado há forte carência de profissionais capacitados na região. Diz que a universidade não possui um departamento de ecossistemas aquáticos, não possui política de desenvolvimento de pesquisa nessas áreas, que os processos vinculados a recursos hídricos é muito complexa e que se não houver busca pelo campo da pesquisa não terá profissionais qualificados.

Ressalta a necessidade de investimento em pesquisa de recursos hídricos.

Diz que ocorrerá cobrança pelo uso da água que gerará receita que entende que a aplicação dos recursos deverá contemplar a forma de apoio.

As respostas aos questionamentos foram apresentadas pelos Srs. Fernando Costa Faria e Carlos Ernane Vieira, membros da equipe técnica responsável pela elaboração do plano que disseram:

Carlos Ernane

Diz que entende que a pesquisa deve ser perene, não pontual, que já existe à algum tempo.

Que no plano, em nenhum momento foi ignorado o aspecto da educação ambiental. É importante uma análise de longo prazo mas que é importante no presente, a implantação e início das atividades descritas no plano.

Fernando

Sobre a carência de profissionais para discussão da gestão de recursos hídricos, destaca existência de profissionais na região, que são expoentes nas discussões em nível estadual e federal. Destaca o plano diretor que foi elaborado por profissionais da região e que recebe o reconhecimento do IGAM quanto ao seu conteúdo.

5.3.4.5 – Helder Naves Torres – Superintendente de Meio Ambiente do Triângulo Mineiro

Descreve breve histórico da elaboração do plano diretor, sobre a importância da participação dos membros do Comitê e Agência no processo de criação do plano.

Propõe que o enquadramento seja considerado referência na ordenação do uso e ocupação do solo.

5.3.5 – Encerramento

A conclusão dos trabalhos foi realizada pelo Presidente do Conselho de Administração da ABHA, Sr. Leocádio Alves Pereira, que ressaltou a necessidade de planejamento para as melhores ações do Comitê e Agência.

5.4 – Questionário

Durante a Audiência, foi apresentado aos presentes um questionário que deveria ser respondido acerca da qualidade da audiência. Desses questionários,

14 foram respondidos e apresentado em sua maioria, complementações relevantes que são apresentadas a seguir.

5.4.1 – Forma de Desenvolvimento

Foi perguntado aos presentes sobre a forma de desenvolvimento dos trabalhos, e solicitado que classificasse entre ótimo, bom, médio e regular, ao que as respostas foram as seguintes:

Ótimo – 01 ou 07,14%

Bom – 11 ou 78,57%

Regular – 02 ou 14,29%

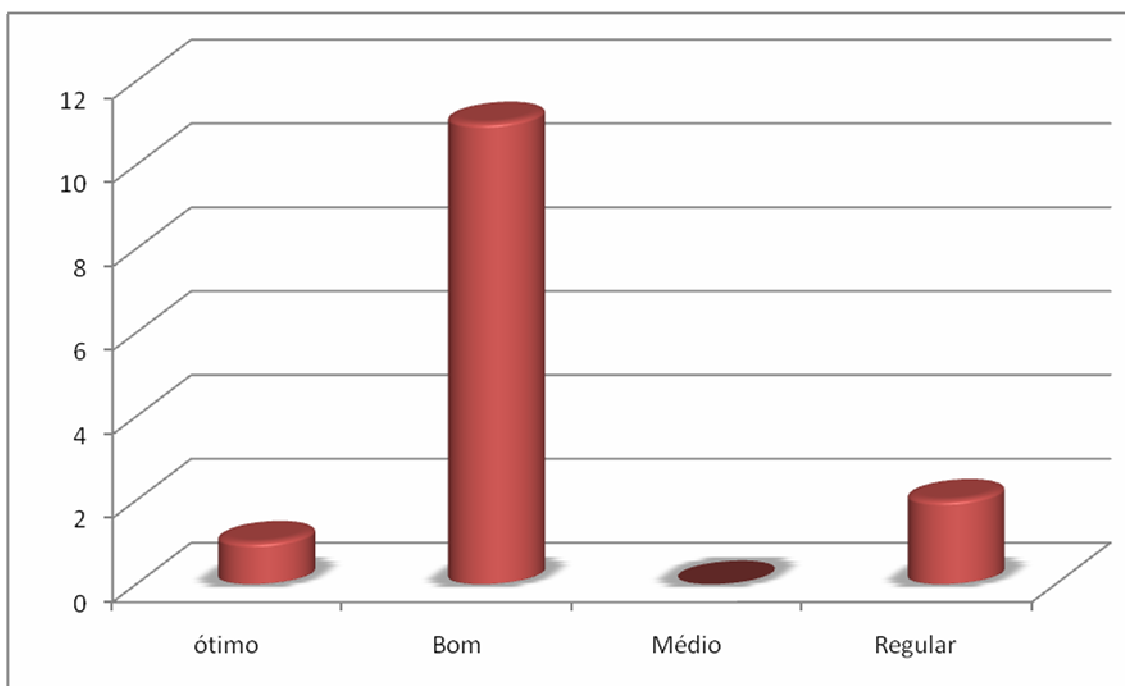


Gráfico 02 – Expressão dos Participantes Quanto à Forma da Audiência

Para esse tópico, foram apresentadas contribuições que são relacionadas a seguir.

- Modelo de conservação de solo em propriedades particulares;
- Levar o plano a conhecimento da população;

- Interação com as administrações municipais para aplicação do plano;
- Não apresentou as ações de conservação ambiental;
- Apontamento das comunidades onde serão implantadas as ações;
- Estudo detalhado sobre a conservação de RH e da Ictiofauna;
- Prioridade para o Programa de Educação Ambiental;
- Proposta consolidada da cobrança pelo uso de RH
- Rever a viabilidade de manutenção da vazão de 01 L/s para usos insignificantes, já que existem várias captações em pequenos mananciais.

5.4.2 – Atendimento da Audiência

Foi perguntado aos participantes se a Audiência atende as expectativas de participação e intervenção no processo, podendo ser parcialmente ou totalmente.

Os dados são consolidados a seguir.

Totalmente – 08 ou 57,14%

Parcialmente – 06 ou 42,86%

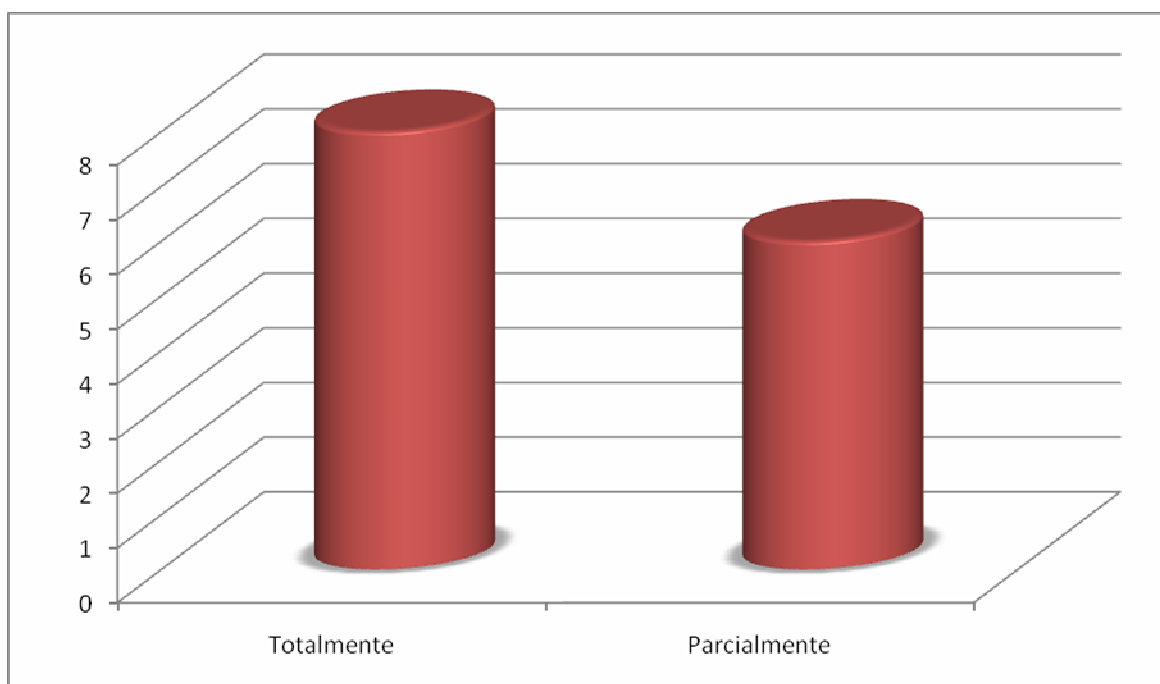


Gráfico 03 – Expressão dos Participantes Quanto à Interferência na Audiência

Para esse tópico, foram apresentadas contribuições que são relacionadas a seguir.

- A audiência tem caráter apenas de prestação de contas;
- Pouca divulgação;
- Pontualidade;
- Que o gestor impõe à população a sua decisão sem debate;
- Que os oradores apresentadores na audiência não sabem expor os produtos do plano;
- Maior participação das administrações municipais no processo;
- As sugestões feitas nas demais audiências não foram incorporadas ao plano.

5.5 – Participantes do Evento

Os participantes do evento, que assinaram a lista de presença, são relacionados a seguir, destacadas as instituições que representam, endereço eletrônico e telefone.

5.6 – Conclusões da Audiência

Das discussões realizadas na audiência, algumas têm influência sobre a tomada de decisão quanto à melhor forma de implantação dos programas de gerenciamento e são destacadas a seguir aquelas de relevância.

5.6.1 – Educação Ambiental

Apesar de ser uma estratégia nos programas, a educação ambiental, quanto à sua forma de aplicação, deve ser debatida e ter sua forma de implantação com base em um processo desenvolvido especialmente para isso.

5.6.2 – Criação de Unidades de Conservação

A criação de unidades de conservação, como apresentado na documentação técnica para composição do programa de gerenciamento e do plano diretor, deve ser precedida de amplo debate com a comunidade afetada e com a comunidade técnica, já que os elementos de referência, por si só não são suficientes para a tomada de decisão.

5.6.3 – Classificação de Corpos D'água

A classificação de corpos d'água quanto sua classe de uso preponderante, deve preceder a execução de programas que contemplem a conservação de solo, já que a qualidade das águas nos mananciais deve ter horizonte de atendimento, que deve ser estabelecido pela classificação.







LISTA DE PRESENTES NA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nome	Entidade	E-mail	Telefone
Valter de Paula	DMAE	dpaula79@hotmail.com	
Maria Lyda Bolaños Rojas	DMAE	lbolanos@netsite.com.br	
Ethil Caires	DPAM/SEPLATA	ethilcaires2003@yahoo.com.br	34-3239 2547
Carlos Lopes	DMAE		34-3233 4790
Marcelo Costa de Araujo	DAME	marchemical@yahoo.com.br	34-9971 0927
Dayane LAndonadi Soares	ONG Rede Amigos do João Congo	ecodayane@yahoo.com.br	34-3234 8925
Gustavo Bernardino Malacco	ONG Anga	malacco@hotmail.com	34-9121 9737
Pedro Henrique	DMAE		34-9971 0923
Lucas Barbosa	Jornal Correio	lucas@correiodeuberlandia.com.br	34-8848 6845
Iron Ferreira de Andrade	UFU	Ironfa2003@yahoo.com.br	34-9174 9304
Rodolfo Carvalho Saldado Penido	IGAM	rodolfo.penido@meioambiente.mg.gov.br	31-3219 5838
Lindomar Amaro Borges	P M Indianópolis	lindomarab@netsite.com.br	34-3245 1679
Betania L. C. Bortoloto	DMAE	betania@uberlandia.mg.gov.br	34-3223 6027
Célio Ferreira Gomes	Prefeitura Patrocínio		34-3831 3963
Geraldo Silva	SOS Uberabinha	gsconsultoria.rural@hotmail.com	34-8847 9016
Frank Barroso	Cidade Futura	frankbarroso@gmail.com	34-9971 1258
Edmilson Borges da Silva	SINTETE UFU		34-9123 4657
Cristiane Faria Pereira	Sec. M. A industria	cristianeind@yahoo.com.br	34-9938 0844
Natalia Cristhine Araújo	ONG Rede Amigos do João Congo	geografianatej@yahoo.com.br	34-9135 5585
Eduardo Basílio Santos	Fazenda dos Dias	eduardo_basilo2003@yahoo.com.br	34-9164 5198
Wercio de Freitas Dias	DMAE	werciof@yahoo.com.br	34-3254 9816
Neudon Veloso	ONG AMAR	neudon@terra.com.br	34-9169 0259
Elsio Junior Bonate Borges	DMAE	elsio.bonati@bol.com.br	34-9979 7200
Adailton F. Dutra	DMAE	adailtondutra@uberlandia.mg.gov.br	34-9198 5024
Lazaro Quinto Neto	DMAE		34-9966 9446
Sebastião Braide Ribeiro	DMAE	braideribeiro@uber.com.br	34-9971 9684
Júlio César N. Santos	DMAE		34-9971 0977
Cláudio Guedes Oliveira	SEPLAMA		34-9979 1418
Caroline Favano Oliveira	Fosfertil	carolineoliveira@fosfertil.com.br	34-3669 5246
Polyanna Custódio Duarte	ONG ANGA	polianaduarte@hotmail.com	34-9147 4421

Nome	Entidade	E-mail	Telefone
Nathaly Magalhães Cardoso	GRS Uberlândia	epidemi.udi@saude.mg.gov.br	34-3214 4600
Jader de Oliveira Filho	DMAE	josquim01@yahoo.com.br	34-9165 3110
Joaquim Menezes R. Silva	PM Tupaciguara	joaquim.menezes@yahoo.com.br	34-8834 9020
Ivone Maria Carvalho Rocha	SICA/IBAMA	crcmi@yahoo.com.br	34-8804 0511
Fernanda Resende Ramos	Circuito Triangulo Mineiro	secretaria@turismotriangulo.com.br	34-9111 8179
Marila C. Melo	IGAM	marilia.melo@meioambiente.mg.gov.br	31-3219 5615
Cristiane O. de Paula	SUPRAM TMAP	cristiane.paula@semad.gov.br	34-9151 9686
Carolina F. Serpa	IGAM	carolina.serpa@ief.mg.gov.br	31-3219 5815
Helder Naves Tores	SUPRAM TMAP	helder.naves@semad.mg.gov.br	34-3237 3765
Celia Froes	IGAM	Célia.froes@meioambiente.mg.gov.br	31-3219 5839
Hideraldo Buche	SES/MG/GRS/URA	hidb2000@yahoo.com.br	34-3321 5631
Deize Seibel	Monte Plan Ltda	deizeiseibel@hotmail.com	34-3842 4232
Luciene Jordão	Monte Plan Ltda	projetos@monteplan.com.br	34-3842 4232
Douglas Lehonard	Monte Plan Ltda	douglas@monteplan.com.br	34-3842 4232
Fernanda Braga Guerra	SEDRU	fernanda.braga@urbano.mg.gov.br	31-3349 9227
Lecádio Alves Pereira	DMAE	leocadio@uberlandia.mg.gov.br	34-3233 4687
Ronaldo Brandão Barbosa	IGAM	barbosarb@yahoo.com.br	34-8826 1718
Marcos Aparecido Silva	Pesquisas	caruncha@terra.com.br	34-9908 1309
Adriano Vieira Lucas	UNIMINAS	adrianolucas21@hotmail.com	34-9991 9091
Adairlei A. da S. Borges	P M Indianópolis	adairlei@yahoo.com.br	34-9992 3206
Bruno Neto de Ávila	Monte Plan Ltda	buruneto@hotmail.com	34-8848 4858
Leila F. de Rezende	ONG POMAR	lrezende01@yahoo.com.br	34-3087 6577
Joaquim Dalques Ramos	PFC UFU	dalques@bol.com.br	34-9197 6288
Carlos Ernane Vieira	Monte Plan Ltda	nani@quantica.com.br	34-3241 1520
Alexandre Silva	DMAE	alexandre@uberlandia.mg.gov.br	34-3233 4684
Cairo Dias Silva	SOS Uberabinha	cairocomite@yahoo.com.br	34-8853 8125
Jésus Cordeiro	PM Uberlândia	caliandra-08@yahoo.com.br	34-8831 9226
Wilmar A. Goulart B.	Autônomo		34-3236 2451
Arsênio Meneses Silva	CEFET Uberaba	arsenio@cefetuberaba.com.br	34-9976 2449
Fernando Guimarães Moreira	DMAE	fguimaraesmoreira@yahoo.com.br	34-9161 1826

Nome	Entidade	E-mail	Telefone
-------------	-----------------	---------------	-----------------

Flávia Carvalho	Comunidade	flaviaudia@gmail.com	34-9123 8145
Antônio Geraldo de Oliveira	FONASC	antonio.geraldo@yahoo.com.br	34-9903 8267
Édson Luiz Gonçalves	CEPG	edsonluiz@hotmail.com	34-8804 0712
Marcelo José dos Santos	PM Indianópolis	marceloj200@hotmail.com	34-9661 6360
Sergio dos Santos Reis	SINFET UFU	sasneves@yahoo.com.br	34-3214 1679
Roney Carlos Garcia	Professor	roneycarlos@uber.com.br	34-3235 4588
Cassia Fátima dos Santos	SMADS	cassiafatimasantos@yahoo.com.br	34-9926 4044
Aniceto Ferreira dos Santos	Câmara Municipal de Uberlândia	aniceto@camarauberlandia.mg.gov.br	34-9971 7213
Helaine M. N. dos Santos	P M Araguari	helainendores@yahoo.com.br	34-9197 0537
Fernando Costa Faria	Monte Plan Ltda	monteplan@monteplan.com.br	34-3842 4232
Carmen Lúcia Barbosa	SINTETE UFU	carmen-barbosa_@hotmail.com	34-9166 0155
Paulo Cesar Pereira	DMAE	fariapereiraconsortoria@gmail.com	34-9102 4566
Hamilton Marques Magalhães	CBH Paranaíba	hamilton@direitoambiental.com.br	34-3212 0063
Ronan Afonso Borges	P M Borges	ronanafonso@yahoo.com.br	34-9142 6439
Ricardo L. Alvarenga	P M Perdizes	dadama@netperdizes.com.br	34-3663 2365
Tathiana Renata Nascente	CBH Araguari	tathiana@abharaguari.com.br	34-3246 4269
Glauçimar S. Silva Vieira	Sec. Meio Ambiente Araguari	glauçimar@hotmail.com	34-3690 3053
Maria de Lourdes da Silva	APA Santa Luzia	smlourdes77@yahoo.com.br	34-3225 0646
Joaquim Naves O. Filho	EMATER MG		34-3241 2450
Juliana Cristina da Silva	UFU Estudante	ju_cristinna@yahoo.com.br	34-9131 3834
Jorge Hermógenes	CODEMA Araguari	vamossalvalos@yahoo.com.br	34-3241 4681
Sergio Segantini Bronze	ACA/ABHA	ssbronze@gmail.com	34-9987 0252
Hinara Pereira de Souza	SOS Uberabinha	hinarasouza@hotmail.com	34-8842 6229
Vilmar Antônio de Faria	UFU	vafaria@deseq.com.br	34-3239 4467
Paulo Veloso Rabelo	UNIUBE	paulo.rabelo@uniube.br	34-3319 8842
Francisco Mauro Rodrigues	CEPLAMA	fmauro@uberlandia.mg.gov.br	34-3239 2407
Adeliana Maria Goulart Pereira	Monte Plan Ltda	adelia@monteplan.com.br	34-3842 4232
Margareth	UNITRI	maganavegadora@yahoo.com.br	34-3224 7017
Názara Maria Naves	ABES	Nazaranaves@gmail.com	34-3236 8490

ATA DA REUNIÃO QUE APROVOU O PLANO

No dia 30 de julho 2008, às 13h30, reuniu-se na sala de reuniões prédio da proreitoria da Universidade Federal de Uberlândia – UFU situado em Uberlândia (MG), Avenida João Naves de Ávila, 2121, Campus Santa Mônica - para discutir os seguintes pontos da pauta que fora encaminhada anteriormente a todos os membros, sejam quais: **1- Abertura - verificação do quorum; 2 - Aprovação da Ata anterior; 3 – Informes e comunicados Gerais; 4 - Apresentação da Campanha “FAÇA O USO LEGAL” pela representante IGAM; 5 - Análise e Aprovação do Plano Diretor e Programa de Gerenciamento dos Recursos Hídricos da Bacia do rio Araguari. 6 - Análise e Aprovação dos Projetos a serem encaminhados para o FHIDRO; 7 - Esclarecimentos sobre pesca predatória, levantada na reunião anterior em Uberaba, pelo Gerente de Pesca do IEF.** O presidente do CBH-Araguari Shimizu faz a abertura da reunião cumprimentando a todos verificando o quorum, de acordo com as assinaturas na lista de presença anexa. Informa sobre a presença do senhor Hamilton Magalhães, Secretário Executivo do Comitê de Bacia do Rio Paranaíba e em seguida convida o Sr Gabriel Muñoz Palafox Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia – UFU para saudar os participantes em nome da Universidade. Shimizu informa que a ata da reunião anterior fora enviada a todos os conselheiros para apreciação e coloca a em votação sendo a mesma aprovada por unanimidade. A segunda secretária do CBH-Araguari, Adairlei lê os ofícios informando a troca de titularidade referente a seguintes instituições IGAM de David França Ribeiro pela funcionária Carolina Fumian Serpa, e UNIMINAS de Maria Alcina Xavier por Maria Inês Martins; informando ainda que os membros que seguem justificaram a ausência: Márcia (FOSFERTIL); Ribamar (CEMIG); Osny (Prefeitura Municipal de Sacramento); Fernando (ACIUB); Rosângela (Prefeitura Municipal de Araxá); Paulo (Prefeitura Municipal de Araxá); Jairo (COPASA); Dimas (EPAMIG) e Mário (FIEMG). Shimizu passa ao segundo item da pauta e inicia os informes dizendo que esteve presente no Fórum Estadual de bacias no qual alguns comitês previamente escolhidos fizeram um breve relato sobre a situação de cada um. Em cada encontro um conjunto de comitês fará esse relato de experiência. Informou que no ato comemorativo dos onze anos do IGAM o CBH-Araguari foi homenageado, neste ato de comemoração estavam todos os ex-diretores do IGAM e também o Senhor José Carlos Carvalho Secretário Estadual de Meio Ambiente. Informou que para a segunda quinzena de agosto o CBH-Araguari sediará uma oficina de planejamento de dois dias de duração. Leocádio informa sobre a prestação de contas do CBH Araguari ao CERH - Conselho Estadual de Recursos Hídricos na plenária do mês de julho/08. Helder informa que está presidindo a câmara técnica de planejamento e pede apoio a todos os conselheiros para que seja feito um bom trabalho e convida a todos para a próxima reunião ordinária do COPAM a ser realizada em Santa Vitória no próximo dia 08 de agosto. Shimizu pede abertura de ponto na pauta para apresentar o Ad referendun N^o 02/2008 e passa imediatamente ao segundo item da pauta e convida a Senhora Marília Melo para proferir a palestra “FAÇA O USO LEGAL” referente à campanha do IGAM de regularização do uso da água. A palavra foi aberta para os membros e o Subtenente Bastos coloca recebeu denúncias de que alguns consultores estão cobrando pelo preenchimento do cadastro de uso da água, Marília pondera que este assunto já tem sido alvo de grandes discussões com a polícia ambiental e

que repudia o ato de cobrança e ainda que todos têm a obrigação de denunciar tal fato. Adalto solicita que na campanha seja mais bem informada a questão de regularização dos regos d'água que existe um mau entendimento quanto ao assunto nos questionários de cadastro. Marília explica que quando o rego d'água for de uma única propriedade ele é considerado derivação, quando perpassar mais de uma propriedade e considerado uso coletivo e não derivação única a outorga é coletiva. Shimizu pondera que nas questões de averbação de reserva uma das ações exigidas para a outorga o CBH-Araguari buscará a parceria com IEF, IGAM e EMATER para agilizar a regularização. Marília coloca que já existe um esforço neste sentido e que o IGAM está disponível para tal parceria. Logo em seguida Shimizu faz a leitura do ATO AD REFERENDUM, referente à PCH Malagone e coloca em votação, o mesmo é aprovado com uma abstenção de Carolina Serpa que justifica não conhecer o teor do documento, pois só foi indicada no dia 09 de julho. Shimizu passa então para o próximo item da pauta e convida Leocádio para que faça a exposição do Plano Diretor e Programa de Gerenciamento dos Recursos Hídricos da Bacia do rio Araguari e chama atenção dos conselheiros para os valores de cobrança colocados no plano é apenas uma referência baseado nos estudos de equiparação da ABHA, como ponto da discussão de cobrança, que o IGAM e ABHA assinaram um Termo de Cooperação Técnica para cadastro de outorgas para registro no CNARH, visando a cobrança do uso, que o IGAM está contratando uma empresa para preparar três metodologias de cobranças nos segmento e seus impactos, para que através destes estudos o CBH Araguari possa aprovar a metodologia de cobrança em toda a bacia e nos diversos usos com os valores para cada um, portanto não seja levado à CTPLAN e CERH como valores aprovados para a cobrança, somente foram colocados como uma referência. Hideraldo questiona sobre o programa de educação ambiental do plano que, segundo ele deixa a desejar e carece de mais atenção. Leocádio explica que no programa de divulgação está inserido programas específicos de educação ambiental e que serão contempladas todas as etapas de ensino bem como a população e que o Plano Diretor não deve ser considerado acabado, pois é passível de mudanças sempre que necessário. Célia do IGAM parabeniza ao Comitê pelo plano e reitera que este deverá sempre ser atualizado para ser dinâmico. Cristiane técnica da SUPRAM sugere que o comitê dê atenção às concessões de uso insignificante que podem estar sendo usadas de má fé por alguns produtores que informam uso insignificante e na realidade usam mais que o permitido. Helder faz considerações sobre a elaboração do Plano diretor e registra a competência da empresa Monte Plan, e faz referência aos indicadores para o enquadramento dos corpos d'água, estes indicadores não sejam taxativos mas como ponto inicial da discussão do enquadramento em toda a bacia, que os critérios sejam plenamente discutidos com dados de campo. Leocádio informa que os indicadores foi tirado em audiência pública como referência para uma discussão como ponto de partida, a ser baseada nos estudos que serão realizados a campo. Carolina explica que o plano de educação ambiental deve ser genérico e aberto a mudanças. Ana Luiza que assume os trabalhos coloca em votação, Ronan sugere que as alterações sejam incorporadas assim é a favor da votação. Leocádio pondera que todas as sugestões serão no momento de ajuste do plano incorporadas ao mesmo. Sérgio informa que todos os pontos já foram amplamente discutidos e aprovados em atas anteriores. Colocado em votação foi aprovado por dezenove votos favoráveis

e uma abstenção do Subtenente Bastos que justifica não estar seguro sobre o assunto. Marília coloca que em nome da Doutora Cleide Izabel Pedrosa de Melo diretora do IGAM e parabeniza o comitê pelo amadurecimento através da aprovação do Plano Diretor. Ana Luiza passa ao próximo item da pauta Análise e Aprovação dos Projetos a serem encaminhados para o FHIDRO colocando que foram apresentados sete projetos ao Comitê sendo quatro do município de Uberlândia, um do município de Indianópolis, um do município de Perdizes e um do município de Tupaciguara, pondera sobre a votação dos projetos, pois dois destes foram analisados pela câmara técnica, mas estão sem parecer escrito, Joaquim sugere que sejam apresentados oralmente os dois projetos para votação. Bruno informa que o comitê tem a função de apoiar os projetos e não de analisar tecnicamente. Sérgio explica que o Comitê aprova a idéia do projeto se esta é de interesse do Comitê. Leocádio coloca que deverá ser analisado se o projeto é pertinente, se atende as expectativas do Comitê. Marília reforça a fala de Leocádio. Ana Luiza coloca em votação os projetos lendo os objetivos de cada um coloca os sete projetos em votação. Ronan pergunta sobre os pareceres técnicos dos projetos diz que gostaria de conhecê-los. Ana Luiza explica que os pareceres são técnicos e o que está sendo avaliado é a pertinência. Leocádio sugere que os pareceres sejam enviados posteriormente aos proponentes para conhecimento e eventuais correções. Helder enfatiza o fato de se ter cuidado ao emitir o parecer se os projetos realmente atendem aos anseios do Comitê e que devemos deixar a parte técnica para os funcionários do IGAM. Carolina reforça a necessidade de os projetos estarem formatados segundo os moldes do FHIDRO. Marília lembra que a análise fora feita por três técnicos treinados pelo IGAM. Ricardo questiona sobre o prazo para envio dos projetos e como serão feitas as adequações. Ana Luiza explica que será feito o protocolo em Belo Horizonte dia primeiro de agosto e após a análise dos técnicos do FHIDRO serão feitas as adequações pelos proponentes. Coloca então em votação e os projetos são aprovados por unanimidade dos presentes. Ana Luiza lê o ofício do Neudon enviado ao Comitê pedindo esclarecimentos sobre pesca predatória, levantada na reunião anterior em Uberaba, e convida o Gerente de Pesca do IEF para proferir uma palestra explicativa. Neudon convida a todos para uma Audiência Pública que acontecerá em Patrocínio dia 20/08/08. Ana Luiza sugere que Leocádio seja o representante do Comitê nesta audiência pública e deve ser acompanhado pelos membros que se dispuserem a participar, Leocádio informa aos conselheiros que a proteção do Rio Quebra Anzol é medida compensatória do licenciamento das Usinas Capim Branco I e II, que foi exigido estudos por parte do CBH Araguari/ ABHA/CCBE via contrato firmado, para todos os estudos pedidos pela medida compensatória do COPAM, em preservação das espécies ictiofauna e avifauna desta sub-bacia, portanto o CBH Araguari tem grandes responsabilidades sobre o rio quebra Anzol, levando a cópia da ata e um ofício do presidente, sugestão acatada por todos os presentes, e são colocados os nomes para participação na audiência Sérgio, Adairlei, Caroline, Bruno e Ribamar. Fernanda do Circuito Turístico do Triângulo apóia a ação e coloca a necessidade de apoio ao turismo regional. Sem mais nada a constar eu, Adairlei Aparecida da Silva Borges, lavro esta ata.

RESOLUÇÃO DO COMITÊ, QUE APROVA O PLANO DIRETOR

RESOLUÇÃO CBH-ARAGUARI Nº 07, DE 30 DE JULHO DE 2008

Aprova o Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do rio Araguari

O COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO ARAGUARI – CBH-ARAGUARI, no uso das competências que lhe são conferidas tendo em vista o disposto no **Capítulo II, art. 6º, inciso III** do seu Regimento Interno; e

Considerando a necessidade de implementar os instrumentos de gestão previstos na Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1977 e na Lei Estadual nº 13.199 de 29 de janeiro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do rio Araguari, com os conteúdos apresentados na Audiência Pública Final, realizada em 30 de julho de 2008, em Uberlândia, nas dependências da Universidade Federal de Uberlândia.

Parágrafo Único. A Secretaria do Comitê procederá ao seu envio para o IGAM, para as devidas providências.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Uberlândia, 30 de julho de 2008.

Wilson Akira Shimizu
Presidente

